

VI Colóquio Internacional

“Educação e Contemporaneidade”



**São Cristovão-SE/Brasil
20 a 22 de setembro de 2012**

**SISTEMA PRISIONAL E EDUCAÇÃO NA PRODUÇÃO
INTELECTUAL DE CARVALHO NETO**

Maria do Socorro Lima¹

Eixo 2: Educação, sociedade e práticas educativas

Resumo

Este artigo teve como objetivo principal analisar alguns aspectos educacionais na obra do intelectual sergipano Antônio Manoel de Carvalho Neto (1889-1954), tendo como fonte o romance penitenciário pedagógico, “Vidas Perdidas” escrito em 1932. Esta investigação se insere no aprofundamento da pesquisa sobre aquele intelectual, sobre o qual já realizamos pesquisa no mestrado, onde analisamos suas ações na Direção Geral de Instrução Pública em Sergipe (1918-1921), instituição responsável pelo funcionamento da gestão educacional em Sergipe, nas primeiras décadas do século XX. O objetivo no aprofundamento da pesquisa foi provocado a partir do momento que compreendemos haver indícios de propostas educacionais nos escritos de Carvalho Neto. Esta pesquisa se insere no campo da História da Educação, fundamentada na História Cultural.

Palavras-chave: Direito Penitenciário. História da Educação. Carvalho Neto.

Abstract

This article aimed to analyze some aspects of the educational work of intellectual born in Sergipe Antonio Manoel de Carvalho Neto (1889-1954), with the source novel pedagogical prison, "Lost Lives" written in 1932. This research is part of the further research on that intellectual, about whom I have conducted research in the Masters, where we analyze their actions in the General Direction of Public Instruction in Sergipe (1918-1921), an institution responsible for the operation of educational administration in Sergipe, in first decades of the twentieth century. The object of further research was triggered from the moment we understand there is evidence of educational proposals in the writings of Carvalho Neto. This research falls within the field of History of Education, based in Cultural History.

Keywords: Prison Law. History of Education. Carvalho Neto.

Este artigo teve como objetivo principal analisar aspectos da pesquisa realizada sobre a produção intelectual do jurista, jornalista e escritor sergipano, Antônio Manoel de Carvalho Neto, na perspectiva de aprofundar a investigação acerca daquele intelectual da educação, sobre o qual já realizamos pesquisa no mestrado, onde analisamos suas ações na Direção Geral de Instrução Pública em Sergipe (1918-1921), instituição responsável pelo funcionamento da gestão educacional em Sergipe, nas primeiras décadas do século XX. O objetivo no aprofundamento da pesquisa foi provocado a partir do momento que compreendemos haver indícios de propostas educacionais nos escritos de Carvalho Neto. Utilizamos como fonte de pesquisa o livro “Vidas Perdidas”, um romance denominado por nós de “penitenciário-pedagógico”, no qual encontramos indícios de que as críticas feitas pelo intelectual do Direito, Carvalho Neto, ao sistema penitenciário brasileiro, teve como foco discutir a realidade do sistema prisional brasileiro, ao mesmo tempo em que propunha mudanças através de práticas educativas.

Ancorada nos pressupostos da História Cultural, essa pesquisa privilegiou abordagem que insere Carvalho Neto como intelectual produtor e mediador de um pensamento jurídico que, tentava produzir efeitos de intervenção social a partir do momento que utilizava em alguns de seus escritos, às vezes, tons de denúncia, seguidos por proposições normativas caracterizadas de práticas educativas e, uma compreensão que se aproximava de uma cultura escolar. Entendendo cultura escolar aqui como.

conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos. Normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização (DOMINIQUE JULIA, 2001, p. 28).

Carvalho Neto foi um intelectual no sentido polissêmico do termo. Ocupou várias posições de poder na sociedade sergipana, como jurista, escritor, jornalista, diretor de jornal, bem como teve representação política no Congresso Nacional.

Pode-se entender pela representação social atribuída a Carvalho Neto, que foi um intelectual mediador da cultura jurídica, provocando discussões amplas acerca do direito em diversas frentes, como leis trabalhistas, legislação sobre o direito criminal, e educação. Na educação, proferiu discursos se referindo a diversas modalidades de ensino: educação

sistema prisional brasileiro, educação para as normalistas, educação dos anormais, entre outros.

Neste texto, analisamos o pensamento educacional de Carvalho Neto no romance “Vidas Perdidas”, focando em alguns temas interpretados nas vozes dos personagens da trama: um estudante de Direito, que se envolve num crime e duas professoras normalistas.

As vidas das personagens do Romance se cruzam e, suas histórias permitem que o autor da obra discuta temas relevantes como as mazelas do sistema penitenciário brasileiro, desde a infraestrutura física das cadeias, das penitenciárias, das formas de gestão do sistema prisional, das normas e regras de correição, da vida cotidiana entre detentos, serviço de carceragem, direção administrativa e políticas de (re) socialização para os criminosos brasileiros.

Na mesma trama, os problemas penitenciários se entrelaçam à vida de duas normalistas pobres, cujas trajetórias contam a inserção das professoras nas práticas docentes, sua luta para se firmar no campo educacional. Nessa perspectiva, Carvalho Neto desfere críticas aos poderes políticos locais do estado de Sergipe, com relação à situação das escolas públicas, revelando, em certa medida, como acontecem as relações sociais estabelecidas em campos diversos de poder, em suas lutas de distinção e estruturação de campos específicos, compreendendo estas disputas sociais a partir de suas posições no campo, conforme explica Bourdieu (2004).

Meu trabalho consistiu em dizer que as pessoas estão situadas num espaço social, que elas não estão num lugar qualquer, isto é, intercambiáveis, com pretendem aqueles que negam a existência das “classes sociais”, e que, em função da posição que elas ocupam neste espaço muito complexo, pode-se compreender a lógica de suas práticas e determinar, entre outras coisas, como elas vão classificar e se classificar e, se for o caso, pensar como membros de uma “classe” (BOURDIEU, 2004, p. 67).

Na direção do pensamento de Bourdieu (2004), na trama da história narrada do romance penitenciário de Carvalho Neto, há campos de relações de poder, que variam conforme os capitais sociais ou culturais dos que pertencem a grupos sociais distintos e, tal distinção estabelece suas posições e regras do jogo; definindo dessa forma, as estratégias sociais para a sobrevivência de cada grupo na trama narrada.

Ângelo Santos, personagem protagonista do romance é um jovem estudante de Direito, acusado de dois crimes, injustamente, que, condenado a mais de 30 anos de prisão, será a voz sobre a qual o autor discorrerá a respeito dos problemas penitenciários no Brasil.

Na dedicatória do romance “Vidas Perdidas”², Carvalho Neto apresenta alguns sinais de que o romance discute temas referentes à justiça e, dá em certa medida, indícios dos

problemas sociais provocados pela falta de políticas públicas no campo do Direito Criminal no Brasil.

Eis a história que lhe prometi contar. Na linguagem viva e forte, por isso que verdadeira, muito do seu conhecimento. Ângelo e Joaquina...símbolos...Vidas Perdidas... na sociedade egoística e má do nosso tempo. Vítimas do erro de uma Justiça governada por preconceitos e apriorismos e que, dantes, apenas via o crime; depois, apenas o criminoso; e, ainda hoje, não quer ver o homem...Quando será diferente e melhor? (CARVALHO NETO, 1932, p. 5).

Sendo mediador desses temas sociais que, na época, ocuparam espaço importante nas redes de sociabilidade brasileira, como imprensa escrita, publicações de revistas e Congressos jurídicos, Carvalho Neto se aproximava também do tipo de intelectual discutido por Sirinelli (1996), quando o autor afirma que:

Diante do caráter polissêmico da noção de intelectual, o aspecto polimorfo do meio dos intelectuais, e a imprecisão daí decorrente para se estabelecer critérios de definição da palavra, de tanto que esta noção e esta palavra evoluíram com as mutações da sociedade francesa. Por essa última razão, é preciso, a nosso ver, defender uma definição de geometria variável, mas baseada em invariantes. Estas podem desembocar em duas acepções de intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os 'mediadores' culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou 'mediadores' em potencial, e ainda outras categorias de 'receptores' da cultura (SIRINELLI, 1996, p. 242).

Os temas levantados por Carvalho a respeito do Direito Penitenciário estavam ligados, de certa forma, ao lugar ocupado por ele na política brasileira, como deputado federal, entre os anos de 1921 a 1951. Levantamos hipótese de que seus escritos sobre Direito Penitenciário, Direito Trabalhista, entre outros temas, tiveram a tribuna do Congresso Nacional como um dos lugares privilegiados para sua produção e divulgação. Os Congressos Jurídicos dos quais participava, também foram foro de apresentação de proposições relativas ao tema em tela neste artigo.

Na época em que a obra em análise foi publicada, versava no Brasil, ampla reflexão sobre as bases do sistema penitenciário brasileiro, que sob a vigência do Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, pelo Decreto 847, de 11 de outubro de 1890, sofreu modificações a partir da Consolidação das Leis Penais, aprovada e adotada pelo Decreto nº 22.213, de 14 de dezembro de 1932³.

A prisão de Ângelo Santos, protagonista do romance em análise, começa com sua chegada à Chefatura de Polícia da capital sergipana, onde ele aguardara os encaminhamentos

de seu caso. Ângelo Santos, mineiro da Cidade de Barbacena, era filho de “pessoas conceituadas e de relevo na sociedade local. Não era gente rica, nem de linhagem graúda, mas de uma modéstia arranchada e decente, de costumes simples e respeitosos” (CARVALHO NETO, 1932, p. 70). Nascido em família de formação moral ilibada, a personagem central de Carvalho Neto se envolve na trama para que o escritor discuta as mazelas penitenciárias do país a partir de sua história.

Por um lado, a história narrada pelo intelectual sergipano, problematizou o sistema carcerário do Brasil, por meio de fortes indícios de corrupção, má administração e falta de planejamento para a educação dos presos. Por outro, mostrou como deveria ser o sistema, através da trajetória de Ângelo Santos, pelo fato de sua presença na prisão, proporcionar momentos de reflexões sobre a importância da educação para a formação moral, ética e profissional do homem.

Para Carvalho Neto, a harmonia revelada por uma família como a de Ângelo, proporcionaria também harmonia social. Porém, isso também estava aliado às condições sociais as quais a família ocupava, pois a morte do pai de Ângelo e, o enfraquecimento do pequeno patrimônio obrigou o jovem a abandonar os estudos e trabalhar para ajudar a mãe. O abandono dos estudos fez com que, na condição de comerciante viajante, Ângelo conhecesse Sergipe, para ali se instalar, no município de Itabaiana. Cidade sergipana, que foi palco da história do estudante de Direito que conhece uma professora primária e se envolve num crime, permitindo ao leitor, adentrar nos problemas sociais, gerados pela falta de política educacional para os presos brasileiros.

Lembrando que o homem cria e produz a história baseado nas perspectivas de seu tempo, aferimos que Carvalho Neto participou de grupos de intelectuais ligados à ciência jurídica, os quais levantavam defesas sobre o fato de o processo educativo ter estabelecido um diálogo constante com o caráter, a formação moral e os bons costumes republicanos e, que esses reclamos mudariam a fisionomia da sociedade brasileira.

Dessa forma, Carvalho Neto agia conforme a cultura proposta pela época, acompanhando as utensilagens mentais produzidas através da crítica social que se estabelecia contra a opressão aos trabalhadores, contra o analfabetismo que corroía as possibilidades de um desenvolvimento social possível. Os costumes revelavam a cultura brasileira a partir dos fenômenos sociais, conforme determina Norbert Elias (1994).

Embora os fenômenos humanos – sejam atitudes, desejos ou produtos da ação do homem – possam ser examinados em si, independentemente de suas ligações com a vida social, eles, por natureza, nada mais são que concretizações de relações e comportamento, materializações da vida social

e mental. Isto se aplica à fala, que nada mais é do que relações humanas transformadas em som, e também à arte, ciência, economia e política e não menos a fenômenos que se classificam como importantes em nossa escala de valores e a outros que nos parecem triviais e insignificantes. (ELIAS, 1994, p. 124-125)

As práticas educacionais dos detentos são temas de interesse de vários estudiosos brasileiros que buscam a partir dos mesmos problematizar o ensino nos espaços prisionais e relacionar com isso a formação das pessoas que vivem em condição de privação de sua liberdade.

Segundo Vasquez (2011), na análise que realizou sobre o documentário ‘O prisioneiro da Grade de Ferro. Auto-retrato’ o termo “assistência educacional”, fundamentou-se na Lei de Execução Penal em vigor no Brasil e, ela o utilizou no sentido dado por Foucault.

Este defende que a educação penitenciária faz parte dos princípios que compõem as técnicas penitenciárias, sendo os demais princípios: a correção, classificação, modulação da pena, trabalho, controle técnico da detenção e instituições anexas (FOUCAULT, 1987). [...] com base na colocação apresentada, partimos para a análise do documentário, a partir das imagens-vozes e depoimentos de presos e ex-diretores do Carandiru como quem aprecia uma fonte primária em história das prisões (VASQUEZ, 2011, p. 12-13).

Ao perscrutar as vozes que representam, em certa medida, a realidade que se apresenta nas prisões, a educação é tomada pela autora como uma prática cultural, que procura “reeducar”, no sentido de educar novamente, modificando o comportamento social daqueles que ali estão, com a finalidade de reinseri-los de volta ao seio da sociedade, como comumente se diz nos discursos jurídicos.

Em “Vidas Perdidas”, Carvalho Neto (1932) pautou as falas de suas personagens por entre a compreensão da necessidade de re (socialização), na qual as práticas educativas e as demandas da educação formularam seu fio condutor. Ao narrar as condições da Cadeia Pública, para onde Ângelo Santos fora conduzido para ser interrogado pelo delegado, o autor descreve algumas normas para recepcionar os presos, ao mesmo tempo em que fala sobre as práticas ali vividas.

Ângelo Santos, de sua vez, entrega uma carteira com seis contos de réis, uma caneta-tinteiro, um pente de tartaruga, um caderno de notas. A *limpesa* é completa. Na véspera, ao ser recolhido, haviam-lhe tomado uma maleta com roupa e objetos de uso diário. Major Febrônio grita para a fila: - Êstes objetos vão ser arrolados e, depois de conferida a sua procedência, serão devolvidos aos seus donos. Aqui não se admite safadeza! Bola Preta, negro de meia idade, reincidente na gatunagem do cais e da feira, habilíssimo como *lanceiro*, esboça um esgar de mofa. Conhece bem aquela história do Major e sabe que nada será devolvido (CARVALHO NETO, 1932, p. 14).

O ingresso nas Cadeias, para o autor, já prescrevia os prenúncios de tratamento ao qual os presos eram submetidos. A corrupção para ele era de sentimentos, de troca de valores, de favores e, estava ligada à falta de critérios, por exemplo, ao ingresso nos cargos de escrivães, de delegados e dos serviços de carceragem.

Sim, é uma maravilha no gênero o escrivão Bezerra! Já contando suficiente tempo para se aposentar, forceja por parecer um funcionário abnegado. Quer continuar trabalhando...contanto que o conservem nas mesmas funções da Polícia. Sabe-se que foi amigo de todos os Chefes de Polícia de seu tempo e nenhum Delegado deixou de ser seu compadre. Quando já não tinha filhos a batizar, ou a crismar, ficava *compadre de fogueira*, nas noites de São João, ou de São Pedro. O último Delegado fora o último dêles, numa cangicada de arromba, à rua Bahia, entre foguetório, zabumbada e arrasta-pé foliente. Certo é que por estas artes e coisa feita, segundo contam, ninguém ousava denunciar o Matias Bezerra aos seus chefes, fôsse qual fosse a falta que se lhe increpasse. Ademais, desde muito vinha mantendo as melhores relações com duas firmas comerciais suspeitíssimas na Capital, as quais, iludindo a vigilância, anunciavam antiguidades e objetos usados.... *Berrantes e bufosas*, no linguajar da gatunagem, sempre que desapareciam...contra a vontade de seus donos, sabia a Polícia onde procurá-los (CARVALHO NETO, 1932, p. 15).

As histórias das personagens circulam na obra em tons de denúncia e sarcasmo, falam sobre as condições físicas e morais da prisão. A educação, termo recorrente na obra, aparece sempre para relacionar a falta dela com o mundo do crime, bem como a responsabilidade que a sociedade tinha para assumir as responsabilidades com o trabalho e a educação.

Sem instrução, sem educação, tal o fator ali preponderante, no caminho do crime. Não seria, por certo, fator único, isolado, na degradação daquele conglomerado humano. Caracteres diferentes, com tendências diversas e ações várias sob a influência do meio deletério onde se formavam. No que ali estava às suas vistas, de surpresa em surpresa, era indubitável, porém, a corresponsabilidade da sociedade. Raramente um alfabetizado; educado, nenhum! Desassistidos, todos eles! Não lhes dava o Estado um ofício, nem os ajudava na profissão. Lutavam sós, ao abandono, aos azares da sorte...Como, pois, puni-los, degradá-los ainda mais? (CARVALHO NETO, 1932, p. 17-18)

O abandono social à sorte é uma tônica daquele intelectual sergipano em seus escritos. Duas questões se entrelaçam na análise do romance em tela: a falta de educação provoca a criminalidade, por isso, a instrução estava posta no projeto reformador do Estado brasileiro, que via na escola uma instituição capaz de civilizar e salvar as almas dos desvios sociais, inclusive da “vadiagem”; o que, para os discursos da época, poderia redundar em criminalidade.

Nas primeiras décadas da República brasileira, a educação, como fator de segurança e desenvolvimento social, pautava-se num sentimento político comum, que se aprofundou quando foram criados os Grupos Escolares, numa tentativa de afastar os males sociais, educando as crianças. O analfabetismo, refletido de forma contundente na obra de Carvalho Neto tinha voz uníssonas a de outros pensadores que dirigiam a educação no país.

Segundo a autora, Rosa Fátima de Souza (2009),

A inovação representada pelos grupos escolares significou uma transformação importante na organização e constituição dos sistemas estaduais de ensino público no país. Esse tipo de escola exigia altos investimentos, pois supunha a edificação ou arrendamento de espaços próprios e adequados, professores habilitados, mobiliário moderno e abundante material didático. A racionalidade e uniformidade permeavam todos os aspectos de ordenamento escolar, desde o agrupamento homogêneo das crianças (alunos) em turmas mediante a classificação pelo grau de conhecimento consolidando a noção de classe e série, o estabelecimento de programas de ensino (distribuição ordenada das atividades e saberes escolares), a atribuição de cada classe a um professor, a adoção de uma estrutura burocrática hierarquizada – uma rede de poderes, de vigilância e de controle envolvendo professores, alunos, porteiros, serventes, inspetores, delegados e diretores do ensino. Perpassava também a ordem disciplinar impingida aos alunos – asseio, ordem, prêmios e castigos (SOUZA, 2009, p. 125).

O modelo pensado para a escola estava alicerçado na máxima do encaminhamento do Brasil a uma Nação voltada para o progresso, para o saneamento social. Nessa perspectiva, podemos compreender que os discursos sobre a necessidade da civilidade por meio da escola e da instrução, servia de base para a manutenção da ordem social, tal qual posto no romance “Vidas Perdidas”, onde o autor sergipano, Carvalho Neto (1932), associa, peremptoriamente, que a instrução era um dos fatores sociais mais importantes para a (re) socialização dos condenados à exclusão da liberdade, bem como uma forma de evitá-la.

Porém, na complexidade em que coloca a temática em xeque por meio de seus escritos, o advogado Carvalho Neto imposta em seu discurso, as normas prescritivas que existem na formação por meio da instrução, da educação, mas também, problematiza os conflitos sociais por meio das condições de pobreza, da distinção social, que se misturam na complexidade das relações de poder existentes entre os grupos sociais, responsáveis pelos ordenamentos sociais.

No entrelaçamento das histórias do estudante de Direito, Ângelo Santos e das dificuldades para inserção da normalista Joaquina da Silva, como professora primária nas escolas do interior de Sergipe, Carvalho Neto problematiza as questões do sistema

penitenciário brasileiro e as distinções sociais que são incorporadas também no processo educativo da população, que se divide na educação dos pobres e educação dos ricos.

Na voz da professora normalista, formada na Escola Normal de Aracaju, o autor descreve a existência das escolas isoladas, numa época em que os grupos escolares já eram uma realidade mais premente na sociedade brasileira, esquadrinha as relações de poder nos municípios, através do assédio moral e sexual sofrido pela professora, relata as dificuldades encontradas para a aquisição de material escolar, bem como de remédios para curar doenças das crianças, como vermes e piolhos. Relata a coexistência das escolas isoladas e dos Grupos Escolares, revelando os conflitos sociais ali existentes.

A educação relacionada ao enfrentamento dos problemas sociais, que são justificados também pela ausência de políticas para a mesma, reflete-se nas condições que levaram seu protagonista, o estudante de Direito, a se ver às voltas com as mazelas do sistema penitenciário, revelando, por meio da trama vivida por ele, o funcionamento dos bastidores da história, o que Jim Sharpe chamou de “a história vista de baixo” (SHARPE, In: BURKE, 1992, p. 39).

Na análise que faz da penitenciária de Aracaju, Carvalho Neto (1932) a compara com outras do Sul, como a Carandiru, no estado de São Paulo, a de Minas Gerais, Neves, a de Pernambuco, de Santa Catarina e a do Rio Grande do Sul, ao tempo que descreve quais os direitos destinados aos presos.

A penitenciária, ou a *Grande*, como lhe chamam os prisioneiros, situa-se a quatro e meio quilômetros da Capital. Já de longe se lhe avista a arquitetura pesada de castelo medieval, com duas torres laterais mirando as distâncias. Ergue-se, assim, com seus muramentos grosseiros, no dorso de uma colina desnuda, escalavrada. Impressiona pelo conjunto aquela massa compacta de alvernaria, como um bloco de tijolos arroxeados emergindo das terras deprimidas que lhe ficam em derredor, ganglionadas de lagoas e brejos paludosos. [...] Vindo depois da de São Paulo (*Carandirú*), não lhe copiou os melhoramentos, nem a técnica. Vindo antes da de Minas Gerais (*Neves*) e da de Pernambuco (*Itamaracá*), evidentemente está longe destes modelos. Sequer as transformações verificadas em Santa Catarina e Paraíba e Rio Grande do Sul. Não se consultou, em verdade, a visita do técnico. Não se reviram as últimas conquistas arquitetônicas no traçado da construção. Foi o empirismo do construtor inexperto que lhe ditou a orientação, das bases às cimalthas (CARVALHO NETO, 1932, p. 26).

Em relação á organização do prédio para os objetivos a que se destina a prisão, afirmou:

Ao perito, não escapam, a um simples relance, os erros cometidos, desvirtuando os objetivos reformatórios da pena. Cogitou-se mais do crime do que do criminoso, e este mesmo julgado tendenciosamente, por preconceitos e apriorismos. Não se viu no homem o desajustamento social,

que a sociedade quer corrigir pelo tratamento adequado. Houve preocupação do castigo; não se tratou da educação. Pretendeu-se a pena intimidativa, mas não a corretiva. Do trabalho – higiene dos músculos, fonte de saúde, terapia moral – nada se fez com proveito. Apenas um pavilhão aberto, de chão batido e poento, com ferramenta manual, rudimentar, incapaz de treinar um ofício, orientar uma profissão. Tudo bem de longe de se prestar à execução de qualquer sistema penitenciário racional. Nem mesmo os meros ensaios do regime composto do Código Penal de 1890, em cuja vigência se inaugurava a Penitenciária (CARVALHO NETO, 1932, p. 27).

A austeridade da prisão em Sergipe narrada por Carvalho Neto (1932) e a relação que ele fez desse aspecto com o castigo, foi compreendido por Foucault (1987), como um espaço que não distingue as diferenças na formação de quem a habita, pois são,

‘Instituições completas e austeras’, dizia Baltard. A prisão de ser um aparelho disciplinar exaustivo. Em vários sentidos: deve tomar a seu cargo todos os aspectos do indivíduo, seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições; a prisão, muito mais que a escola, a oficina ou o exército, que implicam sempre numa certa especialização, é ‘onidisciplinar’ (FOUCAULT, 1987, p. 198).

Mas as práticas educativas são importantes, para nesse movimento homogêneo para sustentar as estratégias de vigilância, a educação atuava, para Carvalho Neto (1932), como uma forma de reconquistar a moral perdida dos detentos e devolver a eles perspectivas de, além da remissão dos crimes cometidos, produzirem comportamento social preparatório para o retorno à vida. Descrevendo, com minúcias, as formas da arquitetura prisional em Sergipe, o autor mostra indícios de seu interesse, considerando, de forma, destacada, a presença de uma prática educacional. “Ao lado esquerdo do estabelecimento central, a Capela S. Maurício, convertida em escola de alfabetização. Ao direito, a enfermaria, com uma pequena sala de curativos” (CARVALHO NETO, 1932, p. 27).

A vida de Ângelo Santos, que no decorrer da trama, utiliza sua formação para resistir à vida carcerária, está imbricada com a da professora Joanhina Silva, filha de outra professora chamada Leonor da Silva. Tal envolvimento foi, conforme o enredo narrado por Carvalho Neto (1932), motivo de perdição do jovem estudante de Direito. Ambos vítimas das fragilidades das configurações sociais aos quais estavam ligados.

Joana, órfã de pai antes do seu nascimento foi educada pela mãe, Leonor da Silva, uma professora primária que vivia e lutava sozinha para sobreviver às misérias sociais.

Professora pública primária. Leonor da Silva, sua mãe, era uma dessas abnegadas servidoras do Estado, que trocam a alegre mocidade pelo pão amargo de uma infinita dedicação ao ensino. Mal pagas, desassistidas, vítimas imbeles de suspeitas e, mexericos, são as bandeirantes incompreendidas da formação mental da nacionalidade. Atiram-se pelos sertões desconhecidos, pelas fazendas, pelas usinas, pelos povoados mais

distantes do interior e lá fundam, de verdade, a escola que o Govêno apenas sabe existir, pelo decreto de sua criação. São elas a vida espiritual, o canto, o hino, o sentido da Pátria nesses confins abandonados. Ensinam letras e patriotismo, deveres e religião, moral e prendas, a bandeira e a fé, missionárias do Brasil nessas paragens de conquista. Cedem, À vezes, à lei do amor e, quase sempre, ao império da necessidade, casam-se! (CARVALHO NETO, 1932, p. 73).

A professora Leonor exercia o magistério no interior, num povoado chamado Moita Bonita, pertencente ao município de Itaporanga, quando deu à luz Joantina, que viria, mais tarde, a seguir a carreira do magistério, como sua mãe.

O que interessa no aspecto da trajetória dessas duas professoras que se encontram na história do estudante de Direito, Ângelo Santos, é que suas vidas estão carregadas de representações sociais sobre o universo da docência das normalistas.

Ao narrar a vida das professoras, exalta a profissão docente, destaca aspectos da profissionalização por meio da Escola Normal, sua relevância para a formação da nacionalidade brasileira, além de problematizar os desafios enfrentados pelas normalistas para se inserir no campo educação sergipano.

No romance de Carvalho Neto (1932), a história da profissão docente se aproxima com outras histórias contadas por Freitas (2003), em seu livro “Vestidas de Azul de Branco”, que, por meio das memórias das professoras, escreve a trajetória de sua vida profissional, desde à formação à luta pela ocupação do campo educacional, os encantos e desencantos que tiveram com a profissão.

Algumas foram professoras da capital; outras, foram primeiro professoras do interior e, depois vieram para a Capital. Embora a trajetória das professoras normalistas, investigadas por Freitas (2003), tivessem em comum as dificuldades para o ingresso no magistério primário, elas tiveram experiência em outras instituições de ensino, inclusive em escolas de ensino superior. Contudo, a experiência no campo educacional aconteceu de forma diferenciada e também aproximada para cada uma delas.

Assim, enquanto Diana e Lina foram para o interior iniciar suas carreiras e seguiram a “lei de acessos” em busca de promoção para voltar à capital, enfrentando todas as dificuldades de infra-estrutura, falta de conforto, medo dos bandeirantes de Lampião e dos senhores de engenho, outras informantes ficaram na capital à espera de uma vaga em uma escola próxima (FREITAS, 2003, p. 192).

Algumas professoras Leonor e Joana, narradas por Carvalho Neto (1932) possuem alguns aspectos em comum com as professoras narradas por Freitas (2003), pois sua trajetória se desenvolve no mesmo espaço temporal, conforme o que aferimos das

informações contidas nos dois textos. Depois de formada na Escola Normal, a professora Joana iniciou sua prática docente no município de Divina Pastora, num povoado chamado *Areias*, com a inauguração de uma escola nova naquela região.

Da sede do município vieram o Intendente, o Delegado de Polícia, o Vigário da Freguesia e outras pessoas gradas. Entre estas, alardeando prestígio junto ao Governador do Estado, e com expansões e fanfarronadas de dono do lugar, o coronel Fabrício Penteado, grande proprietário e usineiro da zona. E por se tratar de uma aluna distinta da Escola Normal, compareceu especialmente para presidir o ato o Dr. Benício Facundo, inspetor escolar da zona. Um grande dia em *Areias*! A casa da escola, do tipo comum das moradias do interior, era de empena alta, com duas águas. À frente, a sala de aulas, com uma porta e três janelas, abertas de par em par. Para dentro, o corredor comprido e cômodos escuros, com a sala de jantar funcionando ao fundo, junto à cozinha. Amplo quintal, com mangueiras, goiabeiras e pequeno jardim florido (CARVALHO NETO, 1932, p. 75).

No interior da Escola da professora Joana, a descrição de materiais escolares.

Mapas, quadros murais, um relógio. Carteiras dispostas em fila, a mesa da professora ao fundo e, ao lado, um quadro negro onde se acha, cuidadosamente gizada, uma evocação patriótica. A meninada, pobrememente, vestida em maior parte, tem um ar enigmático, nem de alegria, nem de tristeza. [...] O seu primeiro cuidado prendeu-se a uma breve inspeção de higiene. E foi cruel a decepção. De menino em menino passou revista, indagando-lhes dos hábitos caseiros, da situação dos pais, o que comiam, se tomavam banho, onde dormiam. Preceitos rudimentares da educação (CARVALHO NETO, 1932, p. 76-77).

A partir dessa trajetória, a professora Joana enfrenta dificuldades para conquistar os alunos, bem como seus pais, porque as práticas da higiene, cobrada em sua revista aos alunos trará problemas para ela. Além disso, ela será vítima de assédio moral e sexual por parte de Sr. Fabrício, homem de relações de poder fortes na região, o que culmina com sua saída da cidade e provoca o encontro entre ela e Ângelo Santos, resultando depois em tragédia, levando-o à prisão, injustamente, conforme Carvalho Neto (1932).

As representações sociais contidas na trajetória da professora Joana, na obra de Carvalho Neto (1932) são produzidas por imagens que nos levam até a escola primária brasileira, o que nos coloca diante de um autor que, em seu romance “*Vidas Perdidas*” (1932), discutiu a educação, colocando-a na trama como tema central.

Na trajetória do estudante de Direito, Ângelo Santos, ao refletir sobre o funcionamento do Sistema Judiciário brasileiro, compreendemos que o autor estabeleceu um diálogo importante entre a educação e o sistema prisional. Através da formação de Joana e Dona Leonor, sua mãe, o autor discute, com riqueza de detalhes as representações das normalistas em seu ingresso no trabalho. A formação e a educação de ambas as personagens

permitem nos relevar o significado da educação para a sociedade enfrentar seus males e regenerar corpos e mentes.

Dessa forma, a atuação do estudante de Direito, ao trabalhar na escassa biblioteca da penitenciária sergipana, provocará mudanças no comportamento de outros presos, levando-o a ministrar aulas na oficina organizada por ele.

Portanto, podemos dizer que o romance penitenciário pedagógico produzido pelo jurista, parlamentar e político, Carvalho Neto, compõe um conjunto de ideias que têm na educação um dos discursos principais como forma de desenvolvimento e regeneração social. Há que se compreender que tal obra se insere no escopo da História da Educação em Sergipe, por meio da produção literária daquele intelectual.

Compreender a escrita da história significa nos aproximar de certos modos de contá-la; empreender, portanto, esforços, para distinguir os caminhos que levaram seus narradores a tecer suas teias, a “enxergar” suas tramas, a tentar desenrolar seus fios no meio das tensões sociais, políticas, econômicas e culturais, nas quais se insere um tempo e espaço estudado, ou tempos e espaços investigados. Na escolha da escrita, mobilizam-se sentimentos, ações, modo de se ver e de agir no mundo.

Pensando que no processo de escrita há movimentos que direcionam a interpretação do narrador, arrisco dizer aqui que compreendo a história como um processo narrativo marcado por escolhas, e que tais escolhas localizam seus autores, seus produtores em campos do conhecimento histórico, mas também num tempo e espaço definidos. Se a “História é filha de seu tempo”, as formas de narrativa e o diálogo com esses modos de escrita/ ou registro também são dotados de perfis que se produzem a partir de um “conjunto de utensílagens mentais” (CHARTIER: 2009), compreendidos num tempo e espaço históricos definidos.

Tais perspectivas permitiram acalmar as preocupações dos historiadores, cujas certezas resultaram extremamente abaladas pela evidenciação do paradoxo inerente a seu trabalho, pois como afirmou Michel de Certeau (1975, p.5), ‘*a historiografia* (ou seja, a ‘história’ e ‘escritura’) traz inscrito no próprio nome o paradoxo – e quase o oxímoro - do relacionamento de dois termos antinômicos: o real e o discurso’. Reconhecer esse paradoxo leva a repensar oposições formuladas demasiado bruscamente entre a história como discurso e a história como saber (CHARTIER, 2009, p. 14).

Dessa forma, a análise aqui formulada, tomando como fonte alguns aspectos do livro “Vidas Perdidas”, do intelectual da educação, o sergipano Antônio Manoel de Carvalho Neto, permite-nos inferir que em seus escritos há fortes indícios de propostas educacionais e

que podemos inserir tal obra no rol de fontes que possibilitam a ampliação das pesquisas na História da Educação em Sergipe.

¹ Mestre em Educação pelo Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe-UFS. Licenciada em História pela Universidade Federal de Sergipe. Bacharela em Comunicação Social, pelas antigas Faculdades Integradas Tiradentes. Grupo de Pesquisa em História da Educação: intelectuais da educação, instituições educacionais e práticas escolares. Doutoranda em Educação-Núcleo de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. E-mail: md.lima1962@uol.com.br.

² Neste artigo, nas citações referentes à obra em análise, manteremos a ortografia da época, respeitando a acentuação gráfica e demais peculiaridades do léxico, a fim de preservar a originalidade da fonte histórica.

³ A trajetória histórica do Sistema Penitenciário Brasileiro sempre se inseriu nos temas de grande polêmica, dada a sua complexidade. Em 1933, ano da publicação da obra “Vidas Perdidas”, o Brasil tinha aprovado, no ano anterior, à Consolidação das Leis Penais, redigidas pelo então desembargador Vicente Piragibe e, aprovada pelo presidente da República, Getúlio Vargas. O novo código modificava as normas anteriores do Brasil. Ver: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=42869&tipoDocumento=DEC&tipo>. Acesso em 23 de março de 2012.

Referências bibliográficas:

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL. DECRETO N. 22.213 – DE 14 DE DEZEMBRO DE 1932. **Senado Federal**: Subsecretaria de Informações. Aprova a Consolidação as Leis Penais, da autoria do Sr. Desembargador Vicente Piragibe. <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=42869&tipoDocumento=DEC&tipoDisponível> em: Acesso em 23 de março de 2012.

CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. **Vidas Perdidas**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1932.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1987.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. “**Vestidas de azul e branco**”: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1930-1950). São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2003. (Coleção Educação é História, 3)

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: Editora Autores Associados, nº 1, janeiro/junho 2001, p. 9-43.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 39-62.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª Ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-262.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da Pátria**. História da escola primária no estado de São Paulo (1890-1976). Campinas: Mercado das Letras, 2009.

VASQUEZ, Eliane Leal. Educação prisional no Brasil: discursos, práticas e culturas. In: LOURENÇO, Arlindo da Silva; ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas**. São Carlos: EdUFSCar, 2011. p. 12-33.

